

MAIOR a união entre devedores

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, comentou ontem que o resultado mais concreto da reunião do grupo de Cartagena foi o aumento do consenso entre os países devedores latino-americanos. Funaro destacou a criação do comitê de assessoramento destes países, que se responsabilizará pelo acompanhamento do plano de emergência também elaborado na reunião de Montevideu.

Funaro observou que o comitê não pretende ser um "club de devedores". Contudo, ele ressaltou que o organismo acompanhará atentamente o desenrolar do plano de emergência, se seus principais pontos estarão sendo atingidos. "Mas nos reuniremos a qualquer momento, para tomar medidas mais importantes, sempre que os países enfrentarem dificuldades de manter seu crescimento", afirmou.

O ministro também desmentiu a informação de que o Brasil pedirá aos bancos credores que o Plano Baker — que prevê empréstimos aos países devedores — seja utilizado na renegociação dos seus compromissos, com vencimento neste ano e em 1986. O Plano Baker seria utilizado como uma espécie de aval para que os grandes bancos internacionais assumissem os créditos dos pequenos bancos relativos ao Brasil.

O Plano Baker, observou Funaro, ainda não está implantado, encontrando-se em fase final de discussão. O ministro disse que os Estados Unidos ainda não acertaram com os bancos os detalhes do plano e que este funcionará apenas para ajudar na rolagem da dívida, sem nenhuma ligação com o custo de serviço desta dívida.

Funaro ressaltou que o Plano Baker facilitará apenas o fluxo de caixa dos países devedores, mas em nenhum momento fará baixar o seu nível de endividamento. O ministro voltou a pregar a necessidade de se reduzir os juros internacionais. Ele lembrou que o Brasil, hoje, remete 5% de sua produção interna todos os anos no pagamento dos juros de sua dívida externa. A queda dos juros, disse Funaro, é fundamental para a retomada do crescimento dos países devedores.

Outro item importante discutido em Montevideu, segundo o ministro, foi a questão das condicionalidades para a obtenção de novos financiamentos externos por parte dos países devedores. O ministro disse que o grupo de Cartagena ressaltou em suas discussões que os países devedores não possuem opções de novos créditos para retomar seus processos de crescimento. "Os países devem ser livres para poder optar pelos seus caminhos. O caminho que o Brasil está trilhando muitas vezes não é compreendido, mas as portas vão-se abrir", afirmou.